mente apresentado, e que se averbassem a Dona Maria Ignacia de Carvalho, as obrigações municipaes, a que se refere o seu requerimento como herdeira de seu filho. - verificaram-se os requerimentos e levantou-se a sessão

Antonio Augusto de Souza, Secretario, Interim

João B. de Lima
Ant. d. fr. Silva Pinto
Jon. d. L. F. Bahia
Antonio da F. e Silva

José Thomaz Nit. Fortes Junior

José Alva Pomfain

Ant. Rodrigues de Souza

Francisco Paulo de Figueira

Sessão de 9 de Maio de 1901.

Presentes os senhores Vice. Presidente Lima Junior, - Orredo, - Moura, Laranjeira, - Araújo Lima, - Fortes Junior, Bahia, - Serpa Pinto, - Bonifacio. Faltaram os senhores Ribeiro da Silva e Baptista. - O Senhor Vice. Presidente justificou a falta do Senhor Baptista e declarou aberta a sessão e lida a acta da sessão de dois do corrente foi approvada, e pediu authorisação que foi concedida, para effectuar os seguintes pagamentos: - despesas com a conservação e limpeza do edificio e mobiliario do Governo Civil, em abill utrimo; - conta de Manoel Ribeiro Marques (fornecimento de fio, petroleo, velas e vassouras, para a expediente e limpeza de repartições; - aceite e lamparinas para a capella dos Reis Magos) no primeiro trimestre do corrente anno; - de José Dande (arruido para o salão e outros para a primeira sessão da segunda repartição); - do amannense servindo de Guarda-mor, proveniente da expedição de dois telegrammas para Angra; - abono para despesas judicias em que é parte a Comara Municipal durante o segundo trimestre do corrente anno; - folhas dos salarios dos zeladores encarregados da vigilancia do servico da limpeza da cidade nos meses de fevereiro e março; - conta de Antonio Ferreira Neves, importe de um caudiceiro e seus pertences para a primeira sessão da repartição da Fazenda Municipal de concertos no

canalisação do gar do edificio da Camara. Der-se, contor do seguinte expediente: - Um officio do Director da repartição da contrahitoria, pedindo a reparação do passeio em frente á casa da repartição: resolveu-se que se mandasse copia ao engenheiro para informar. - Na Direcção dos Caminhos de ferro do Minho e Douro, consultando a Camara a cêica da utilidade da projectada linha americana a vapor assente sobre as estradas reaes numero quatro e trinta um, entre Samalicao e Guimarães: - e outor da Direcção dos Caminhos de ferro de Guimarães reclamando contra tal concessão. O Senhor Vice-Presidente disse que d'accordo com o Senhor Ouredo, tendo estudado o assumpto, apresentava á approvaçãõ da Camara, o seguinte projecto de resposta. - "Muitissimo e Excellentissimo Senhor - Respondo ao officio de Vossa Excellencia, em que é consultada, a corporação da minha presidencia acerca da utilidade d'uma projectada linha americana de traccão a vapor assente sobre as estradas reaes numero quatro e trinta e um entre Samalicao e Guimarães, e isto em cumprimento do Decreto, de seis de Outubro, de mil oito centos noventa e oito, cumpre-me dizer-lhe que perante esta Municipalidade se apresentou a reclamar contra a concessão de tal linha a Companhia do Caminho de ferro de Guimarães representada pelo seu gerente Antonio de Moura Soares Vellozo. - O teor d'esta reclamação que vai appressa a esta resposta, parece digno da maior attençaõ. Independentemente das razões adduzidas pela Companhia em defesa dos seus interesses proprios, interesses de todo o ponto legitimos e ao abigo senão de disposições legais e inibidiveis, pelo menos d'um elementar espirito de equidade, ha motivos de ponderação para que este municipio possa julgar ameaçados os seus interesses, se o alludido projecto for por diante. - O estabelecimento d'uma seguida ligação ferro-viaiva entre Guimarães e Samalicao é certamente um empreendimento a que o Concelho de Porto se pode considerar quasi indifferente. A primeira vista, poderá mesmo parecer a muito como de vantagem evidente, por que representando mais um affluente da linha do minho, contribue para o progresso d'esta e portanto para o do Porto. Acresce a isto a actividade que a construcção, conservação e exploraçãõ de mais uma linha ferrea, naturalmente trazi, pelas

encomendas necessarias, ás industrias metallurgica e outras da cidade
 do Porto. - Na realidade, sob este ponto de vista, apenas haveria a conside-
 rar em opposição, as consequencias mais ou menos desastrosas da con-
 currença que naturalmente se estabeleceria entre a nova linha e a
 de Guimarães, concurrença que, quasi com certeza se pode affirmar ob-
 gando as duas empresas depois d'um periodo de luta, não muito longo,
 a uma fusão de que o publico, em ultima instancia, teria de pagar
 os encargos. Reflexo que estes acontecimentos poderiam ter sobre os
 interesses do Concelho do Porto, por difficil de prever, não sei
 talvez sufficiente para que a sua Camara Municipal, devesse
 abalar-se a contrariar um projecto patrocinado pelas corporações
 congeneres dos concelhos atravessados pela nova linha ferrea.
 E por isto assim persuai-se ao projecto em queita não estivesse
 claramente ligada a idea d'uma linha directa de Guimarães ao Por-
 to de Leixões. Ora esta linha pode e deve estabelecer-se no interesse de
 todos, pela continuacão do chamado ramal de Leixões à Alameda
 do Porto, e tudo quanto seja desviar as attentões d'este melhora-
 mento, ou prover, por meio de palliativas a sua falta, é protelar a resolu-
 ção do importantissimo problema da valorisacão do Porto de Leixões, a
 qual está intimamente ligado o progresso d'esta cidade. Guimarães e
 Villa Nova de Famalicão terão logo que este ramal esteja construido a liga-
 ção directa que desejam, em muito melhores condicções, do que nunca
 se poderão ser offerecidas pelo service combinado da nova linha
 com a linha da Boia. - O inconveniente dos trasbordos na Troça para
 as proceçoes de Guimarães, ficará substituido, e certo, mas po-
 de ser muito attenuado desde que as direcções do Minho como e
 caminho de ferro de Guimarães tenham decidida vontade de conseguir, e essa boa vontade facil
 é ás corporações municipaes das duas terras o provocal-a, da de
 mesmo a hypothese de que espontaneamente se não produza. Por
 outro lado, a constuicão da nova linha produzirá naturalmente um
 deslocamento d'importancia no trafego das mercadorias e movi-
 mento de passageiros que hoje concorrem a linha do Minho que aban-
 donará pela linha da Boia. - Este deslocamento não se fará sem pre-
 juizo para o Estado e para a virtudes d'esta cidade e seus ter-

de, quando o inevitavel ramal da Alfandega - Leixões foi levado a
effeito, tudo sera novamente alterado com producao de novos prejuizos
que a ninguem aprivatarão. Comprehende-se que Guimarães
deseje a continuacao da nova linha feireca, porque por meio d'ella
obtem a ligacao directa com o mar, que com razão se lhe anto-
cha favoravel aos seus interesses. O ramal Alfandega - Leixões -
vis - lha quando vier, favorecerá ainda mais os interesses,
sem em nada a prejudicar. Tem portanto esta cidade tudo a
ganhar, sem nada a perder. Não succede porém o mesmo para
o Porto, aonde as duas solucoes representam dois objectivos differen-
tes, que não se convem proseguir simultaneamente, e em dos
graus além de prejudicar o outro, se causará desde já inconve-
nientes graves. Sustentando a necessidade da construcção im-
mediata, da continuacao, do caminho de ferro d' Alfandega, a Leixões a
Câmara Municipal do Porto não pode pois deixar de se mani-
festar contraria á prolongação da linha do Porto até Guimarães,
sob qualquer forma que seja e nesse sentido apoia as reclamações
que lhe foram presentes na exposicao: - foi unanimemente approvada.
Uma informação da repartição tecnica da Câmara declarando que
estava no caso de ser aceite a offerta de terrenos que faz Francisco
Gonçalves Martins proprietario dos terrenos occupados por parte da
rua do Monte, travessa do Monte, e rua do Ribeirão, abrangendo
todos conjuntamente uma superficie de quatro mil novecentos quaren-
ta e um metros quadrados: - resolver-se que fosse aceite a offerta assignan-
do termo. - Um requerimento de Joaquim Augusto Ribeiro, avançando
pedindo que se fosse paga a differença d'ordenado entre a quantia
que compete ao seu logar, e o ordenado de Guarda - Mor, cujas fun-
ções está exercendo, não só quanto ao tempo decorrido desde Se-
tembro do anno findo até ao presente, mas tambem em quanto
inteiramente continuou a exercer as mesmas funções de Guar-
da - mor: - resolver-se que fosse attendido o pedido na comprehen-
são do disposto no artigo trezentos sessenta e seis doCodigo Ad-
ministrativo. - O Senhor Arcebispo disse que não tendo sido possível
haver accordo com o proprietario Antonio Ramalho para aqusi-

cao de sessenta e seis metros quadrados de terreno da sua propriedade, avaliada em quatrocentos reis por metro quadrado perfazendo a somma de vinte e seis mil e quatrocentos reis, para alargamento da rua do Aleixo, em Lordeo, se requeresse decreto d' expropriação por utilidade publica urgente: foi approvada. O Senhor Vice-Presidente disse que não obstante ter sido feito ha muitos annos inventario geral dos foros do Municipio, e que se achava no ministerio de fazenda, contudo marchava o processo de desamortisação por aquelle ministerio com tal morosidade, que poucos foros se tem vendido; que em vista d'isto, attendendo ás difficuldades e despejas para cobrança de foros de pouco valor, propunha que na conformidade de da lei de vinte e um d' abril de mil oitocentos setenta e tres, e respectivo regulamento, a camara, autorizada previamente pela estacão tutelar, vendesse em hasta publico os foros e direitos domisiaes, de valor não excedente a cem mil reis: - foi approvada. Em seguida disse o mesmo Senhor Vice-Presidente que tendo os herdeiros do fiador do ex. thesoureiro Maximiano d' Alcantara Machado pago em setenta e nua obrigações do Govern. no Ratuque de quatro e meio por cento de coupon, a quantia de seis contos no. recentos vinte e um mil e quinhentos reis, segundo certidão de corretor ao cambio do dia em que foi celebrada a escritura de pago por virtude de sentença dos Tribunaes judiciaes em ultima instancia, que condemnou o fiador ao pagamento do alcaerce que foi encontrado ao fallecido thesoureiro, propunha elle Senhor Vice-Presidente que os referidos titulos ao portador fossem vendidos obtida para este effeito a authorisação superior, na conformidade da lei: foi approvada. O Senhor Mon. representou o relatorio do inspector dos incendios, e louvando este trabalho, propoz que ficasse sobre a mesa para ser examinado pelo Senhores Vereadores: foi approvada - Deliberou-se que se annunciasse o fornecimento de generos e artigos para o Collegio dos Orphanos na fôrma do estylo. - Resolven-se que nas obrigações municipaes pertencentes a Felisbella de Carvalho Miranda se fizesse a declaração de que era casada com Thomas Antonio Ferreira Cardoso, como requereram de commun accordo, e que se fizesse o averbamento das obrigações municipaes que requerera Maria Gloria Silva Barros. - Resolven-se que se lavrassem termos de concessão de terrenos nos ce-

mitérios, conforme o preceito da respectiva tabella a Joaquim An-
tello Ferreira e Rita Ferreira Luquinho. - Equalmente se resolveu que

--	--	--	--